


Ano 13 | Número 136 | Novembro de 2016

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL



Carta do Rio defende disciplina fiscal e a ética para a construção de um novo Brasil

Apoio à PEC do gasto público e à reforma da Previdência também está entre as resoluções do 3º Fórum CACB Mil

PARA GUILHERME AFIF DOMINGOS, CRÍTICAS AO SIMPLES NACIONAL SÃO SOFISMAS



DIRETORIA DA CACB TRIÊNIO 2016/2018

PRESIDENTE

George Teixeira Pinheiro (AC)

1º VICE-PRESIDENTE

Jésus Mendes Costa (RJ)

VICE-PRESIDENTES

Alencar Burti (SP)
Emílio César Ribeiro Parolini (MG)
Ernesto João Reck (SC)
Francisco de Assis Silva (DF)
Guido Bresolin (PR)
Itamar Manso Maciel Júnior (RN)
Jussara Pereira Barbosa (PE)
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)
Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS

Rainer Zielasko (PR)

DIRETOR-SECRETÁRIO

Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR FINANCEIRO

Jonas Alves de Souza (MT)

CONSELHO FISCAL TITULAR

Amarildo Selva Lovato (ES)
Valdemar Pinheiro (AM)
Wladimir Alves Torres (SE)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Domingos Sousa Silva Júnior (MA)
Ubiratan Silva Lopes (GO)
Pedro José (TO)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA

Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO

Fernando Fagundes Milagres

SUPERINTENDENTE DA CACB

Juliana Kämpf

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDEDOR

Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DA CBMAE

Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGERECS

Luiz Antônio Bortolin

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

frões, berlato associadas

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Frões

SCS Quadra 3 Bloco A

Lote 126

Edifício CACB

61 3321-1311

70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Estado do Acre – FEDERACRE

Presidente: Adem Araújo da Silva

Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro

Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de

Alagoas – FEDERALAGOAS

Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros

Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá

Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA

Presidente: Nonato Altair Marques Pereira

Rua Eliéser Levy, 1122 Bairro Centro

Cidade: Macapá CEP: 68.900-083

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Amazonas – FACEA

Presidente: Valdemar Pinheiro

Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro

Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.020-210

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB

Presidente: Clóves Lopes Cedraz

Rua Conselheiro Dantas, 5, Edifício Pernambuco, 9º andar

Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC

Presidente: João Porto Guimarães

Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro

Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e

Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF

Presidente: Francisco de Assis Silva

Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de

Indústria Bernardo Sayão

Cidade: Núcleo Bandeirante/DF CEP: 71735-167

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES

Presidente: Amarildo Selva Lovato

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713,

7º andar - Bairro: Enseada do Suã - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG

Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01

Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do

Maranhão – FAEM

Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior

Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.

Bairro: São Francisco - São Luis

CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACIMAT

Presidente: Jonas Alves de Souza

Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio

2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do

Mato Grosso do Sul – FAEMS

Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior

Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados

Cidade: Campo Grande CEP: 79021-210

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de

Minas Gerais – FEDERAMINAS

Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini

Av. Afonso Pena, 726, 15º andar

Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-003

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Pará – FACIAPA

Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa

Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203

Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da

Paraíba – FACEPB

Presidente: Alexandre José Beltrão Moura

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar

Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Paraná – FACIAP

Presidente: Guido Bresolin

Rua: Heitor Stockler de Franca, 356

Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais de Pernambuco – FACEP

Presidente: Jussara Pereira Barbosa

Rua do Bom Jesus, 215 - 1º andar

Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP

Presidente: José Elias Tajra

Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.

Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro

Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ

Presidente: Jésus Mendes Costa

Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.091-007

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio

Grande do Norte – FACERN

Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior

Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira

Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de

Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL

Presidente: Simone Leite

Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar

Palácio do Comércio - Bairro: Centro

Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Rondônia – FACER

Presidente: Cícero Alves de Noronha Filho

Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade

Cidade: Porto Velho CEP: 76.803-892

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de

Roraima – FACIR

Presidente: Joaquim Gonçalves Santiago Filho

Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar

Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina – FACISC

Presidente: Ernesto João Reck

Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro

Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de

São Paulo – FACESP

Presidente: Alencar Burti

Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro

Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE

Presidente: Wladimir Alves Torres

Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro

Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais

do Estado de Tocantins – FACIET

Presidente: Pedro José Ferreira

103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -

Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

- O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresário brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Carta do Rio endossa as reformas de que o Brasil precisa

A sensação de cumprir uma missão cujos resultados foram muito além da expectativa serve de estímulo para novos desafios. É desta maneira que encaramos o sucesso alcançado pelo 3º Fórum CACB Mil realizado no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de outubro, cujo tema foi “O Brasil está em nossas mãos”.

Foram dois dias de intenso trabalho, em que o tempo quase não foi percebido tal a sucessão de grandes acontecimentos. Logo no primeiro dia, tivemos o Encontro do AL-Invest 5.0, com representantes de vários países da América Latina.

Ainda no mesmo dia, recebemos a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, que, com seu brilhantismo e simpatia, se colocou à disposição para as dúvidas e indagações dos presentes que lotaram o recinto.

Apesar das dificuldades que obrigam a nova administração do BNDES a reorganizar a sua estrutura,

o que leva tempo, ficamos sabendo que a instituição está ciente do papel desempenhado pelas MPEs e que, em médio prazo, poderá anunciar créditos mais palatáveis a serem destinados ao setor.

O segundo dia do evento manteve o alto nível do primeiro, o que não chega ser muito comum em regra geral nesse tipo de atividade. Depois da apresentação do presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, tivemos o painel Desenvolvimento e Políticas Públicas, que reuniu todos os presidentes das entidades que fazem parte da Unecs.

O final foi um verdadeiro conagraçamento que culminou com a Carta do Rio de Janeiro, um documento que não é meramente um apoio tácito das medidas postas em marcha pelo governo, mas incisivo quanto à preservação da ética e da transparência, os pressupostos de um novo país. Somente assim o Brasil estará em nossas mãos.



George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

Fotos: Itamar Aguiar



Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação

Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br

Projeto gráfico: Vinicius Kraskin

Diagramação: Kraskin Comunicação

Foto da capa: Itamar Aguiar

Revisão: Press Revisão

Colaboradores: Gabriela Brandalise e Katiúscia Sotomayor

Execução: Editora Matita Perê Ltda.

Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

A sensação de cumprir uma missão cujos resultados foram muito além da expectativa serve de estímulo para novos desafios.

5 PELO CONGRESSO

Instituto Unecs irá defender setor de comércio e serviços.

8 MATÉRIA DE CAPA

No 3º Fórum CACB Mil, os líderes que fazem parte da Unecs concluíram que a mobilização é condição fundamental para que a voz dos empresários seja ouvida em Brasília.

12 CRÉDITO

Em encontro com micro e pequenos empresários durante o 3º Fórum CACB Mil, a presidente do BNDES anunciou que o banco tornará mais acessível o crédito.

14 MPES

Para Afif, chamar o Simples de renúncia fiscal é sofisma.

16 COOPERAÇÃO

Investimentos internacionais estimulam pequenos negócios no Brasil.

22 EMPREENDER

Crescer junto: intercâmbio fortalece iniciativas locais.

24 CBMAE

Mediação: uma forma inteligente de resolver conflitos.

26 ECONOMIA

O que é preciso fazer para o país poder avançar.

28 MULHERES

DE NEGÓCIOS
Mitos impedem a mulher de crescer no mercado de trabalho.

30 PARCERIAS

Observatórios Sociais ensinam a agir de forma preventiva no controle do gasto público.

32 FINANÇAS

Dívidas com tributos e com os fornecedores preocupam as empresas.

34 LIVRO

O jornalista Ivan Carneiro Gomes lança *Nova Zelândia, prazer em conhecer*.

35 ARTIGO

Ana Flávia Corujo escreve: O sucesso passa primeiro pelas dificuldades.

Instituto Unecs irá defender setor de comércio e serviços

Representantes da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) aprovaram a criação do Instituto Unecs, em reunião realizada no primeiro dia do 3º Fórum Nacional da CACB. O objetivo é defender e coordenar as demandas do setor de comércio e serviços no âmbito do poder público e da iniciativa privada, promovendo estudos, discussões, e debates, além de apresentar soluções para os principais problemas do segmento em todo o país.



Foto: Itamar Aguiar

Líderes da Unecs em reunião durante o 3º Fórum CACB Mil

O Instituto Unecs terá sede em Brasília e deve iniciar suas atividades em janeiro de 2017. A previsão é de que também promova pesquisas e divulgue

dados, indicadores estatísticos econômicos, sociais e mercadológicos para subsidiar as atividades da instituição, além de atores públicos e privados.

O papel das ACEs

Para Paulo Protásio, presidente da ACRio, o papel da ACE é influenciar com inovação e direcionar os associados para o caminho certo. “Temos a capilaridade absolutamente necessária para isso e devemos ser a grande máquina para que passemos a funcionar em rede.”



Foto: Itamar Aguiar

Paulo Protásio, presidente da ACRio, fez a defesa da rede nacional das ACEs

CACB ganha apoio internacional para incentivar as exportações das micro

A Confederação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) irá se associar ao esforço da CACB para incentivar o processo de exportações das micro e pequenas empresas brasileiras. Esta participação da CPLP foi confirmada na reunião do Conselho Deliberativo da CACB, que abriu os trabalhos do 3º Fórum Nacional CACB Mil, no Rio de Janeiro. Mário Costa, presidente da União dos Exportadores da CPLP, com sede em Portugal, disse que sua entidade junto com o Brasil irá homologar acordos neste sentido.

A reunião, que contou com a presença de presidentes de Federações e Asso-

ciações Comerciais do país, contou com a participação da Unecs, representada pelo presidente da Abrasel, Paulo Solmucci Junior.

Ainda na pauta, o esforço da CACB no sentido de trazer para o Brasil, em 2019, o 11º Congresso das Câmaras de Comércio do ICC, cuja cidade-sede será definida no início de novembro, na Espanha.

“Estamos na torcida para que o evento seja realizado, pela primeira vez, no Brasil”, disse o presidente da CACB, George Pinheiro.

Já os presidentes de Federações comunicaram os eventos que realizarão até o final deste ano.

Juntos somos um

O coordenador do Programa de Geração de Receitas e Serviços da CACB (Progerecs), Luiz Antônio Bortolin, apresentou o projeto Juntos somos um – Identidade da rede, uma forma online de transformar o universo de 2400 ACEs e 27 Federações, com mais de 2,5 milhões de empresários associados, em um sistema efetivo e eficiente.

“Embora tenhamos toda a estrutura de organização, as gestões são independentes. Uma solução que apresentamos é oferecer a criação de uma rede de serviços empresariais com 2.400 pontos de distribuição. A proposta é colocar à disposição uma ferramenta de associativismo, com funções institucionais e de serviços, um sistema completo e funcional para permitir que todos estejam presentes na internet de modo padronizado e profissional”, disse Bortolin.



Foto: Itamar Aguiar

Reunião do Conselho Deliberativo da CACB abriu os trabalhos do 3º Fórum

Em defesa da Federação

O empresário Omar Carneiro da Cunha defendeu o resgate do sistema federativo no Brasil: “Temos uma disfunção em nosso sistema federativo, com boa parte das prefeituras sem recursos, sem capacidade arrecadatória, dependente de repasses estaduais e federais para viver. Ao invés de tributar renda, tributamos o consumo, e criamos um sistema que não sai dele mesmo. Por isso, o processo de mudança é fundamental”, disse ele.



Foto: Itamar Aguiar

Cunha: “Temos uma disfunção em nosso sistema”

O que pode prejudicar o governo?

O ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, após elogios à capacidade de articulação política do presidente Michel Temer no Congresso Nacional, advertiu que a base de sustentação do governo é “gelatinosa”. Com 35 partidos legalizados, não é possível ter segurança de nada, afirmou ele.



Foto: Itamar Aguiar

O Vale do Silício nordestino

Nicola Moreira Miccione, gerente do escritório de atração de investimentos do Rio de Janeiro do Banco do Nordeste, apresentou o projeto Hubine (Hub de Inovação do Nordeste). Criado como um espaço de apoio a iniciativas inovadoras, capazes de contribuir com a dinamização da economia regional, o Hubine reúne novos empreendedores e startups, gerando empregos, riqueza e valor para toda a sociedade e ajudando a dinamizar ainda mais a economia regional.

Miccione definiu que um banco público federal não pode se acomodar em simplesmente absorver demanda: “A ideia é agregar um elemento novo. O banco trouxe pra dentro da sede em Fortaleza experiências bem-sucedidas e ideias inovadoras de empresários, oferecendo apoio para que as novas empresas possam desenvolver suas tecnologias, além de receber crédito”.

Uma ferramenta para políticas públicas

Outro projeto inovador apresentado no Fórum foi o Publica Lab, uma ferramenta que está sendo adotada pela ACRio e pretende ajudar na atuação das ACEs e de seus associados no ambiente de políticas públicas. Trata-se de uma forma online de identificar grupos de interesse, definir o plano de ação e se capacitar para isso.



“Sem política, setor de comércio e serviços não poderá crescer”

Presidentes das entidades do comércio defendem a mobilização para que a voz dos empresários seja ouvida

Depois de dois dias de uma intensa programação, o 3º Fórum CACB Mil, cujo tema era “O Brasil está em nossas mãos”, além de oferecer preciosos subsídios aos cerca de mil micro e pequenos empresários que participaram do evento, encerrou com uma unanimi-

dade a favor da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que estipula um teto para o gasto público, e da reforma da Previdência Social.

O encontro, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de outubro, também serviu para os presidentes das entidades integrantes da

União Nacional de Entidades do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (Unecs), da qual a CACB é uma das integrantes, fazerem uma avaliação acerca da participação dos empresários na política.

Para os líderes da entidade, é preciso acelerar as reformas que não devem se restringir à

da Previdência Social. É preciso também definir uma agenda para as reformas tributária, trabalhista e política.

A DEFESA DA POLÍTICA

Segundo Fernando Yamada, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e coordenador da Unecs, somente com a organização de uma força em 2014, ano em que ela foi criada, é que a voz dos empresários passou a ser ouvida em Brasília, com um canal de diálogo aberto com o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. “Visitamos os gabinetes dos parlamentares e criamos uma força institucional. Também construímos uma frente parlamentar, que hoje é uma das mais atuantes. Saímos da defesa para o ataque”, comparou. “Sem política, o setor de comércio e serviços não irá crescer, o que não quer dizer que o grupo aceita toda e qualquer colocação que vem do governo. Estamos cobrando”, acrescentou.

Yamada informou que, com a criação de seu instituto, a Unecs deverá aprimorar ainda mais as propostas a serem enviadas a deputados federais e senadores. “Quando levávamos os pleitos a Brasília, fazíamos ofícios para deputados e

senadores que não eram lidos. Aprendemos que precisamos levar projetos estudados, embasados, para alinharmos as nossas propostas às deles.”

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Entre os pleitos pretendidos pelo governo Michel Temer, outra unanimidade, entre os líderes da Unecs, é a reforma da Previdência. O grupo acredita que tratar a reforma como algo sério é obrigação de todos que estão no setor de comércio e serviços. “Nenhum investidor vai apostar em um país que gerou um déficit de R\$ 76 bilhões na Previdência em 2015”, disse Paulo Solmucci Junior, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

TRABALHO INTERMITENTE

A Unecs também trabalha para que seja aprovado o Projeto de Lei 4132/2012, que regula o trabalho intermitente e possibilita aos empregadores contratar por hora trabalhada, em horário flexível, de acordo com a necessidade de mão de obra.

Para o presidente da CACB, George Pinheiro, “essa é a hora de termos o Brasil em nossas mãos. As entidades devem se mobilizar e fazer política”, ressaltou ao encerrar o painel.



**“Visitamos os gabinetes dos parlamentares e criamos uma força institucional. Também construímos uma frente parlamentar, que hoje é uma das mais atuantes. Saímos da defesa para o ataque.”
Fernando Yamada**

A Carta do Rio de Janeiro reafirma a defesa da ética e da transparência dos gastos públicos

A seguir, leia o texto completo do documento assinado pelo presidente da CACB, George Pinheiro

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, que congrega 27 Federações, 2.300 Associações Comerciais e Empresariais e representa mais de 2 milhões de empresários, manifesta, em seu documento de encerramento do Terceiro Fórum Nacional CACB Mil, o que segue:

PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS

No momento em que o Congresso Nacional discute a PEC do teto dos gastos públicos, este Fórum faz questão de manifestar o seu apoio à iniciativa do governo, na expectativa de que, por meio de um ajuste fiscal mais efetivo, seja possível retomar a confiança dos investidores, para dar credibilidade à economia, com a ressalva de que os recursos destinados à saú-



Foto: Itamar Aguiar

Documento defende o resgate das concessões e as parcerias como estímulo ao investimento



Foto: Itamar Aguiar

Presidente da CACB, George Pinheiro, no momento da assinatura da Carta

de e educação não sofram solução de continuidade.

META FISCAL SOB CONTROLE

A noção de que existe meta fiscal e de que a inflação está sob controle gera menos pressão sobre o Banco Central. Dessa forma, o País poderá voltar a dispor de uma taxa Selic mais branda e, com isso, iniciar um novo ciclo virtuoso para a nossa economia.

A disciplina de processar as demandas e responder o que é possível, num determinado momento, chama-se responsabilidade fiscal, que não pode ser perdida. Trata-se de uma questão de prioridade, de capacidade de execução, de eficiência da máquina pública em procurar fazer mais com menos e melhor. Trata-se da execução de uma política fiscal responsável e do exercício do Banco Central em estabelecer as metas da inflação.

REFORMAS

Nesse contexto, é preciso apoiar os objetivos do governo, aos quais impactam nas seguintes reformas: política, tributária, trabalhista e previdenciária.

“Este Fórum faz questão de manifestar o seu apoio à iniciativa do governo, de controle dos gastos públicos, na expectativa de que, por meio de um ajuste fiscal mais efetivo, seja possível retomar a confiança dos investidores, para dar credibilidade à economia”

Através da reforma política, deverá ser criado um alinhamento de valores que garantam a real representação do desejo do povo brasileiro.

Diante do fato de que a carga tributária no Brasil é impraticável, se faz necessária a reforma no sistema tributário, no sentido de torná-lo menos complexo e no intuito do desenvolvimento econômico da nação.

Com foco na produtividade, a reforma trabalhista se apresenta imprescindível. Nos últimos anos, o Brasil vem caindo nesses índices, o que torna essencial a alteração no chamado Custo Brasil. Acreditamos que, com maior flexibilidade na legislação, haverá a possibilidade de aumentar a demanda por empregos.

Por fim, e não menos importante, a necessária reforma previdenciária, estabelecendo a aposentadoria dentro dos padrões mundiais, a fim de amenizar o rombo da pre-

vidência que, a cada dia que passa, é mais assustador.

PROPOSTAS

Por todas estas razões, propomos:

1 – Estabelecer as reformas nos setores anteriormente pontuados.

2 – Resgatar as concessões e as parcerias como ferramenta de estímulo ao investimento privado.

3 – Lutar incansavelmente pela ética para que, em todas as instâncias da vida nacional, a transparência e uma nova atitude possam corresponder aos anseios dos movimentos que estão clamando por um novo Brasil.

4 – Defender os direitos do empreendedor, hoje o segmento responsável pela criação de mais de 70% dos empregos diretos e pouco mais de um terço do PIB nacional.

“O Brasil está em nossas mãos.”



Maria Sílvia Bastos Marques, presidente do BNDES, fez questão de ouvir os empresários

BNDES abre diálogo com as MPes e promete novas medidas para o setor

Em encontro com micro e pequenos empresários durante o 3º Fórum CACB Mil, a presidente do BNDES anunciou que o banco tornará mais acessível o crédito

Mais de 200 micro e pequenos empresários de vários estados da Federação tiveram a oportunidade de ouvir e dialogar com a presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Sílvia Bastos Marques, no espaço do Programa de Geração de Re-

ceitas e Serviços (Progerecs), durante o 3º Fórum Nacional CACB Mil, no Rio de Janeiro.

Acompanhada por uma pequena equipe do banco, Maria Sílvia iniciou sua apresentação dizendo-se impressionada com a densidade das representações presentes ao evento, e fez questão de cumprimentar seus organizadores.

Em sua opinião, iniciativas como o Fórum CACB Mil se constituem em insumos importantes para a atuação da instituição financeira. “Fiquei com muita vontade de participar desse encontro, porque, na verdade, eu queria ouvir vocês”, disse a presidente do BNDES, logo na abertura de sua fala. “Minha sensação é

de que o país destruiu boa parte do esforço que foi feito nos últimos anos”, afirmou. “Retrocedemos pelo menos dez anos e a recuperação não vai ser rápida, vai ser difícil. Infelizmente, vai doer na carne de todos nós. Já está doendo, pois temos mais de 23 milhões de desempregados, e no BNDES nos defrontamos com essa realidade em todos os setores.”

CAPITAL DE GIRO MAIS PALATÁVEL

“Por meio de reuniões com entidades de classe, estamos procurando entender a situação que todos se encontram para tentar políticas que, nessa transição, possam tornar menos doloroso o caminho. Estamos procurando definir critérios horizontais, pois não podemos, na atual situação, atender pleitos específicos de segmentos”, acrescentou. “Mas o banco tem procurado fazer o que é possível, como tornar mais palatável o capital de giro, e outras tentativas.”

São várias medidas de simplificação de acesso que estão sendo estudadas, mas aquelas voltadas para o segmento de Micro e Pequenas Empre-

sas (MPEs) e do cartão BNDES são as que podem ter um desfecho mais rápido, acrescentou. “Trazer novas formas de financiamento, novos canais de distribuição, estar mais perto de nossos clientes, para que possamos andar mais rápido e fazer melhor.”

De acordo com Maria Sílvia, medidas mais efetivas para o setor da micro e da pequena empresa devem ser anunciadas até o final de dezembro. Um plano com pouco mais de fôlego será anunciado ao final do primeiro semestre de 2017.

Informou ainda que foi formado um grupo interno no banco para buscar uma série de medidas de simplificação de acesso ao crédito. Entre essas discussões, está o cartão BNDES, o qual passará a ser chamado 2.0, com uma plataforma mais aberta e segmentada. Também há conversas sobre spreads desses agentes para microcrédito. “Estamos discutindo tudo isso”, observou.

“Estamos abertos às sugestões, nos enviem cartas para nós avaliarmos, para que possamos fazer mais rápido e melhor”, concluiu Maria Sílvia.

Medidas mais efetivas para o setor da micro e da pequena empresa devem ser anunciadas até o final de dezembro. E um plano com pouco mais de fôlego ficará para o final do primeiro semestre de 2017



Para Afif, chamar o Simples de **renúncia fiscal é sofisma**

Presidente do Sebrae fez uma defesa contundente do teto original do projeto Crescer sem Medo, de R\$ 7,2 milhões, que ficou limitado pelo Senado a R\$ 4,8 milhões

Ao falar sobre “O poder dos pequenos negócios para o desenvolvimento do país”, no 3º Fórum Nacional CACB Mil, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, garantiu que a batalha pelo aumento do teto para faturamento anual para as empresas saírem do regime do Simples Nacional

não ficará em R\$ 4,8 milhões, conforme determina o projeto Crescer sem Medo, sancionado pelo presidente Michel Temer, no dia 27 de outubro, que passa a vigorar a partir de 2018.

“Foi a pressão dos secretários estaduais e municipais da Fazenda comandados pela Receita Federal que acabou

fazendo com que o Senado alterasse o teto, que deveria ser de R\$ 7,2 milhões”, disse Afif para os cerca de mil micro e pequenos empresários que participaram do evento promovido pela CACB.

“Fizeram uma campanha sobre as perdas astronômicas que se teria com a adoção dessa tabela, mas nunca com-

provaram essa perda porque sabemos que quando todos pagam menos, o governo arrecada mais”, continuou.

CUSTO DA ARRECAÇÃO

Para Afif, quanto mais simplificado for o sistema, maior a probabilidade não somente da arrecadação, mas principalmente do custo de arrecadação. “O custo de arrecadação é um absurdo, as obrigações tributárias são trabalhosas para os empresários e talvez seja por isso que eles queiram aumentar suas equipes. Se você liga a televisão, vê campanhas permanentes de que se precisam mais funcionários para coibir a sonegação. Não, não se precisam mais funcionários para coibir a sonegação. É só simplificar que vai arrecadar mais. A sociedade em geral reagiu bem à simplificação, e o Simples é a maior prova disso.”

A LUTA CONTINUA

Em um contraponto ao que diz a Receita Federal, Afif afirmou categoricamente que o Simples não traz perdas. Para sustentar sua posição, citou o professor José Roberto Afonso que, segundo ele, entrou em “choque direto” com os economistas Marcos Lisboa e Ber-

nard Appy, para quem o Simples Nacional representa uma renúncia fiscal de R\$ 72 bilhões. “Eles pegaram a tabela e fizeram o cálculo do imposto, no caso de as empresas pagarem a tabela cheia, pelo sistema normal. Mas isso nunca chegaria a R\$ 72 bilhões, porque todas as empresas estariam todas mortas”, afirmou. “Portanto, isso é um sofisma, uma mentira”, sustentou. “A luta deve continuar”, complementou. “No Senado, (*a tramitação do Crescer sem Medo*) foi uma guerra, mas conseguimos fazer o que queríamos, ou seja, o Simples de transição, que dá direito a um colchão até atingir o lucro presumido.”

Na sequência, o presidente do Sebrae informou que pelo menos 600 empresas estão com atraso em seus débitos, as quais ficarão fora do Simples se não regularizarem a sua situação. Nessa linha, lembrou que o Crescer sem Medo garante, a partir de janeiro, o parcelamento dos débitos em 120 meses. “Antes, os parcelamentos eram de 60 meses, e agora passou para 120, o que vale já a partir de janeiro. Portanto, vamos fazer um grande mutirão, uma grande campanha de renegociação dos débitos”, convocou.

“Se você liga a televisão, vê campanhas permanentes de que se precisam mais funcionários para coibir a sonegação. Não, não se precisam mais funcionários para coibir a sonegação. É só simplificar que vai arrecadar mais. A sociedade em geral reagiu bem à simplificação, e o Simples é a maior prova disso”

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



George Teixeira, presidente da CACB, encerrou o encontro, destacando a importância da parceria com as entidades internacionais presentes

Investimentos internacionais estimulam pequenos negócios no Brasil

CACB é parceira em programa AL-Invest da União Europeia e garante recursos para empreendedores locais

O Painel internacional do AL-Invest 5.0 debateu, durante o 3º Fórum Nacional CACB Mil, no Rio de Janeiro, os desafios para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPEs) na América Latina. O evento reuniu representantes de vários paí-

ses beneficiados pelo projeto, que destina 25 milhões de euros para cooperação internacional, sendo 15 milhões por meio de fundos concursáveis e 10 milhões para fundos de execução direta por um consórcio de entidades, do qual a Confederação das Associações

Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) faz parte.

REDUÇÃO DA POBREZA E CAPACITAÇÃO

O Programa AL-Invest 5.0 é executado pela CACB com a Câmara de Comércio de Lima (no Peru), a Câmara Nacional de Comércio e Serviços do Uruguai, a Associação Guatemalteca de Exportadores, a Câmara de Comércio da Costa Rica e a Câmara de Comércio e Indústria de El Salvador, liderados pela Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz (Cainco), da Bolívia. Além disso, conta também com entidades parceiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID Estados Unidos), a Câmara de Comércio de Paris (CCI França), a Eurochambres (Bélgica) e a Sequa (Alemanha).

O grande objetivo é estimular formas eficientes e duradouras para redução da pobreza na região e a melhoria na produção das micro e pequenas empresas, beneficiando 16 países em quatro anos.

A CACB já selecionou em 2016, para receber apoio do AL-Invest, 18 propostas de

desenvolvimento e melhoria da produtividade e competitividade das empresas no país. Foram contempladas pela entidade brasileira seis associações e uma federação dos estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná, que serão apoiadas para realizar sensibilização e motivação de empresários, criação de núcleos setoriais; participação em eventos de promoção comercial no Brasil e em outros países da América do Sul; melhoria e desenvolvimento de produtos e serviços; e inovação em produtos e processos.

Além das ações que a CACB irá apoiar por meio do programa nas associações comerciais, outros dois projetos brasileiros foram selecionados para executar quase 1 milhão de euros na Primeira Chamada de Propostas para Fundos Concursáveis do Programa: os do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará e da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina. No total, foram escolhidos 26 projetos na América Latina, os quais buscam beneficiar mais de 25 mil micro, pequenas e médias empresas

O grande objetivo é estimular formas eficientes e duradouras para redução da pobreza na região e a melhoria na produção das micro e pequenas empresas, beneficiando 16 países em quatro anos

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

“Nossa participação neste novo desafio é consequência de um trabalho de mais de 20 anos, a partir do projeto Empreender, um case de sucesso brasileiro que permite que empresários de um mesmo setor se unam para criar uma situação competitiva no mercado.”
Luiz Carlos Furtado Neves, vice-presidente da micro e da pequena empresa da CACB

da região, com feiras produtivas, missões empresariais, fomento a núcleos setoriais, capacitações e participação em fóruns, entre outras atividades.

PANORAMA ECONÔMICO DAS MPES NA AMÉRICA LATINA

O vice-presidente da Micro e da Pequena Empresa da CACB, Luiz Carlos Furtado Neves, afirmou que as ACEs têm papel fundamental para o sucesso do AL-Invest 5.0: “Nossa participação neste novo desafio é consequência de um trabalho de mais de 20 anos, a partir do projeto Empreender, um case de sucesso brasileiro que permite que empresários de um mesmo setor se unam para criar uma situação competitiva no mercado e ganhar capacidade de negociação, com apoio do Sebrae. Trocando experiências, nós chegamos a esta nova oportunidade, e executar mais um projeto inovador de desenvolvimento para as micro e pequenas empresas, com o apoio das nossas ACEs e de nossas lideranças, demanda grande esforço e trabalho. Tudo para garantir ao pequeno empresário, ao

jovem empresário, à mulher empresário, enfim, a toda a sociedade, que, com este apoio financeiro da União Europeia, nós conquistemos grandes resultados”.

CHILE

Catalina Achermann, da Unidade de Inovação e Novas Tecnologias da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal), falou sobre a realidade dos micro e pequenos negócios na América Latina: “Sendo bem realista, a análise não é animadora. A contribuição das MPEs para o desenvolvimento econômico da região é limitada, devido a diversos fatores como a falta de competitividade, de financiamento, baixa produtividade, bem como o pouco acesso à mão de obra qualificada e a dificuldade de acesso aos mercados. Já há políticas de desenvolvimento em vários países, mas falta um diálogo público-privado para garantir essa mudança estrutural”, explica.

Ela citou também aspectos positivos nesse processo, como a estabilidade macro-

econômica e políticas sociais para redução da pobreza, mas disse que, infelizmente, são mantidos fatores críticos na região, como o nível de desigualdade: “A educação é uma forma de diminuir essa diferença”.

A Cepal é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. Na parceria com o AL-Invest, a Cepal realizará diagnósticos com as empresas atendidas.

BOLÍVIA

Para o subgerente de projetos de desenvolvimento da Cainco, Julio Silva, a ideia é trabalhar juntos para melhorar as habilidades dos empreendedores, já que as MPEs devem ser o motor para o desenvolvimento dos

países: “É necessário melhorar a capacidade das empresas para que sejam mais produtivas e possam ter um papel mais efetivo no crescimento local.”

A Cainco é uma instituição sem fins lucrativos, que reúne as empresas industriais, comerciais, de serviço e de turismo legalmente estabelecidas em Santa Cruz. A proposta da entidade é impulsionar a melhoria da qualidade de vida do país representando o setor empresarial, promovendo o desenvolvimento e a competitividade das empresas através de uma plataforma de serviços, contribuindo, assim, para o progresso econômico e social do país e com o objetivo de ser uma instituição empresarial de referência na América Latina.

Julio destacou o exemplo do Programa Empreender no Brasil como uma metodologia que permite que as empresas aprendam a trabalhar em conjunto, para que, unidas, consigam resolver problemas comuns: “O Brasil tem um papel muito importante para o pequeno negócio, tanto em quantidade de empresas quanto de empregos gerados pelas

“O Brasil tem um papel muito importante para o pequeno negócio, tanto em quantidade de empresas quanto de empregos gerados pelas MPEs.”
Julio Silva,
subgerente de desenvolvimento da Cainco

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

“Podemos facilitar contatos para promover cooperação internacional, com metodologias que podem fortalecer e melhorar as micro e pequenas empresas.”

**Veronique Chavane,
diretora de projetos da Sequa**

MPEs. E o Empreender oferece uma base de experiências nas ACEs que podem promover mudanças importantes no mercado, principalmente com a participação no AL-Invest, gerando contato com empreendedores de outros países e novas relações empresariais”.

ALEMANHA

A francesa Veronique Chavane, diretora de projetos da Sequa, entidade empresarial da Alemanha, explicou que um dos objetivos de fazer parte do AL-Invest 5.0 é apoiar e fortalecer as capacidades das organizações empresariais para a implementação de projetos de desenvolvimento na América Latina. “Podemos facilitar contatos para promover cooperação internacional, com metodologias que podem fortalecer e melhorar as micro e pequenas empresas. Assim, podem desenvolver novos serviços e trocar ferramentas, criando novos métodos, beneficiando o país e as empresas locais com impactos de longo prazo.”

A Sequa gGmbH é uma organização global de desenvolvimento, fundada pe-

las principais federações empresariais do setor privado na Alemanha com a Agência Federal de Cooperação Internacional (GIZ) e, desde 1991, realiza projetos de cooperação internacional para promover o desenvolvimento do setor privado e, em particular, das organizações empresariais, como Câmaras e associações profissionais. Os programas são desenvolvidos dentro dos princípios de uma economia social de mercado. No AL-Invest 5.0, a Sequa traz conhecimento e experiência sobre o desenvolvimento de associativismo, especialmente através da metodologia de núcleos, e apoia a gestão dos fundos concursáveis, devido à ampla experiência com projetos internacionais de cooperação, fomentando o intercâmbio de conhecimentos.

FRANÇA

A gerente de projetos internacionais da Câmara de Comércio e Indústria de Paris (CCI), Maider Mace, falou sobre o trabalho realizado na França e a missão de representar e capacitar as empresas, fortalecendo a economia local: “A CCI é a câmara líder

na França e na Europa, focada principalmente em pequenas e médias empresas. Nossos conselheiros acompanham o desenvolvimento das MPEs locais e em mercados estrangeiros, e organizam cooperações internacionais através da nossa rede, compartilhando conhecimento e ferramentas comuns, para ajudar as empresas a atingir a excelência”.

Mace ressaltou que a CCI ainda apoia as empresas para a transição digital, com orientação sobre novas tecnologias, e tem enfoque cooperativo, estimulando o intercâmbio e a troca de experiências: “Também temos um dispositivo de formação que inclui 24 escolas e mais de mil atividades de capacitação em negócios, com 700 convênios de cooperação internacional e 30 mil alunos com formação contínua”.

ESFORÇO COMUM PARA ATENDER A DIFERENTES REALIDADES

Carlos Rezende, coordenador executivo da CACB, agradeceu a participação de todos, lembrando que as agendas são corridas e muito apertadas, mas que o esfor-

ço é comum e fundamental: “A presença de vocês e este apoio é necessário para conduzirmos estas atividades e contribuir com parcerias, conhecendo as realidades de diferentes regiões para melhorar a realidade de todos”.

O vice-presidente Luiz Carlos Furtado Neves concluiu que “o que é bem feito funciona, ganha credibilidade e tem continuidade, como é caso do nosso Programa Empreender. Temos a obrigação de buscar alternativas para viabilizar nossas entidades e promover a melhoria contínua dos nossos negócios”.

George Teixeira, presidente da CACB, encerrou o painel do AL-Invest 5.0, destacando a importância da parceria com as entidades internacionais presentes: “Queremos projetos no país inteiro e sabemos que temos demanda e precisamos ajudar os pequenos a se desenvolverem para que tenham mais oportunidades de negócios. Nossas MPEs precisam ser prioridade, principalmente na América Latina, para ter capacidade de crescer. E queremos e podemos fazer isso juntos!”

“Queremos projetos no país inteiro e sabemos que temos demanda e precisamos ajudar os pequenos a se desenvolverem para que tenham mais oportunidades de negócios. Nossas MPEs precisam ser prioridade, principalmente na América Latina, para ter capacidade de crescer. E queremos e podemos fazer isso juntos.”
George Teixeira,
Presidente da CACB



Coordenador executivo do AL-Invest, Carlos Rezende fez um histórico do convênio

Crescer junto: intercâmbio fortalece iniciativas locais

Expectativa dos coordenadores estaduais do Empreender é agregar novas tecnologias a partir de cooperações internacionais

Durante o 3º Fórum Nacional CACB Mil, realizado no Rio de Janeiro, o coordenador executivo do projeto AL-Invest, Carlos Rezende, abordou o papel da Confederação no crescimento do Empreender, com um histórico sobre o programa e as oportunidades de crescimento que ele trouxe para os empresários: “Nosso protago-

nismo técnico garantiu a participação da CACB em diversos projetos de cooperação, inclusive internacionais, além de promover iniciativas como o Observatório Social, que foi disseminado através do programa, entre outras ações”.

O encontro dos representantes das Federações e Associações Comerciais serviu para discutir resultados do

Empreender e os próximos desafios do programa, que hoje está em 60 municípios brasileiros e conta com milhares de núcleos setoriais, envolvendo empresários de diversos setores.

Foram ainda debatidas as formas de capacitação de consultores, projetos de criação de núcleos e analisadas boas práticas em cada região.

Metodologia do Empreender prevê ganho de todos

Para a coordenadora do Empreender no Rio Grande do Sul, Liamara Stuermer, a metodologia do Empreender prevê o ganho de todos: “Ganha a ACE, que terá soluções segmentadas para seus associados. O empresário ganha porque terá um olhar mais profissional da sua associação. A comunidade ganha com empresários mais preparados e a Federação consegue proporcionar para o Estado desenvolvimento econômico e social. Tudo isso faz sentido se as empresas e os negócios melhorarem, mas, no fundo, quem ganha são as pessoas”.

Em Santa Catarina, o projeto já é sustentável e foi criado um processo colaborativo sobre o Empreender para um ciclo de avaliação, com o objetivo de avançar, na perspectiva de aprimoramento: “Mais que

o recurso financeiro, o AL-Invest traz para a Federação o poder de interagir com Câmaras internacionais. Mas a base disso tudo continua sendo o Empreender e o importante papel dos empresários nesse processo de desenvolvimento”, disse Osmar Vicentim, coordenador do Empreender no estado.

Em Minas Gerais, hoje há 150 núcleos em 35 municípios, e a meta para 2017 é chegar a 80 locais, envolvendo 4.500 empresas. Alagoas também conta com núcleos empresariais, e a Federação realiza um trabalho de avaliação de desempenho, desenvolvendo o plano de ações a partir dessa análise. Em São Paulo, 360 das 400 associações comerciais existentes têm o programa Empreender, sendo que, atualmente, 40 estão ativos.

“Mais que o recurso financeiro, o AL-Invest traz para a Federação o poder de interagir com Câmaras internacionais”

Mediação: uma forma inteligente de resolver conflitos

No Workshop de Mediação e Arbitragem da CBMAE, a advogada Gabriela Asmar contou por que resolveu dedicar-se à conciliação

Foi uma circunstância profissional que levou a advogada Gabriela Asmar, ouvidora do grupo Icatu Seguros, a seguir a carreira de mediadora. Contratada por um escritório de Direito, logo após a sua formatura, ela se deparou com negociações complexas que envolviam jurisdições de países diferentes. A partir daí, ela resolveu aprofundar seus estudos na cidade de Nova Iorque, EUA, não para atuar como advogada, mas para aprender a saída adotada pelos norte-americanos para desafogar o Judiciário. Dessa forma, tomou conhecimento de “uma medida inteligente, fácil e simples, pensada para resolver conflitos”.

Em palestra sobre “Eficiência econômica na resolução de conflitos empresariais”, na abertura do Primeiro Workshop de Mediação e Arbitragem da



“Minha missão de vida é ajudar mais as pessoas a se apaixonarem pela mediação, para que não sejam destruídas as relações, sejam comerciais ou pessoais”

CBMAE, no 3º Fórum CACB Mil, realizado no Rio de Janeiro, ela foi direta: “Quando você tem uma relação complexa, que tenha valor, ir para o Judiciário é a falência de tudo. Da relação, de sua capacidade de resolver o problema e da própria sobrevivência. Isso porque aquela relação não vai sobreviver. Nada sobrevive ao Judiciário, nem a paz, a não ser o próprio Judiciário. Por isso, precisávamos de uma solução mais inteligente, e muitas empresas passaram a seguir a lei de Nova Iorque”.

EVOLUÇÃO

Na sequência, explicou que, quando estava naquela cidade, leu em um processo que a solução de conflitos é uma forma de ser aceita por ambos os lados. “Eu sabia disso empiricamente, mas sem método. Fiquei nos Estados Unidos um tempo estudando para resolver conflitos. Voltei em 2000, comecei a trabalhar em mediação, mais na área comunitária e na área de família. De lá para cá, evoluímos anos-luz. Temos uma lei de mediação que é específica para regular a mediação em certos ambientes privados,

públicos, e entre entes públicos. Temos o novo Código de Processo Civil que regula a mediação dentro do Judiciário, tornando-a obrigatória em algumas circunstâncias, sobretudo na área de família.”

ÁREAS DA MEDIAÇÃO

De acordo com Gabriela, as três principais subáreas da mediação empresarial são: mediação entre empresas, interna ou organizacional e consumerista, onde exerce a sua atividade. “Na mediação como árbitro, o mediador tem alçada decisória e, até determinado valor, não precisa mostrar nada para ninguém. Se quiser, pode decidir tudo contra os outros departamentos da empresa, pois é ligado ao seu Conselho de Administração e tem alçada decisória e total de independência para decidir.”

No caso da Icatu Seguros, de acordo com Gabriela, apenas 0,7% das demandas encaminhadas à Ouvidoria acaba no Judiciário. “Isso mostra que a maioria da população quer resolver seus problemas sem recorrer ao Judiciário, o que não é interessante para ninguém”, acrescentou.

“Os advogados são iludidos na Faculdade de Direito que o negócio deles é brigar. Não, não é brigar. É resolver o problema do cliente, o que pode ser feito por meio da mediação”



O que é preciso fazer para o país poder avançar

Em painel sobre o atual momento político e econômico, no 3º Fórum Nacional CACB Mil, os palestrantes convergiram para a necessidade de reformas

No painel Municipalismo e Ambiente Político, realizado durante o 3º Fórum Nacional CACB Mil, o ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, presidente do Instituto Reformar de Estudos Políticos e Tributários, afirmou que as primeiras medidas adotadas pelo presidente Michel Temer serviram para recuperar

a confiança dos investidores.

Destacou que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, de limitação ao gasto público, é fundamental para se vislumbrar um ajuste fiscal para um prazo de até 20 anos. “O ajuste fiscal já tem efeito no mercado e pode determinar o destrave das concessões e a vinda de investidores, o que resolveria

a questão logística, um dos fatores do chamado Custo Brasil”, sustentou.

Rigotto também apontou o desafio de combater a fragilização do sistema partidário: “Tem a ver com as denúncias de corrupção, mas também está relacionada com a falta de confiança no partido político, que não exige fidelidade e não tem mais programa nem



**“Todo o setor empresarial deve se engajar em quatro pautas para resolver os problemas estruturais do país: as reformas tributária, política, previdenciária e trabalhista.”
Omar Carneiro da Cunha**

ideologias. O sistema partidário faliu e o sistema eleitoral é falho, e isso compromete todo o processo político”.

Ele destacou que, hoje, há 35 partidos legalizados e outros 30 em processo de legalização, o que gera para o governo a necessidade de articular com uma quantidade muito grande de líderes sem comando pelas bancadas para tentar avançar nos projetos.

O palestrante lembrou que a aprovação da mudança na legislação do pré-sal do petróleo é outra forma de alavancar a produção nacional e garantir maior arrecadação de royalties.

Por sua vez, o empresário Omar Carneiro da Cunha lembrou que a atual agenda prioritária é a mesma de 20 anos atrás: “Todo o setor empresarial deve se engajar em quatro pautas de desenvolvimento para lidar com os problemas estruturais do país: são as reformas tributária, política, previdenciária e trabalhista. Não podemos desistir dessa bandeira. Nós, como sociedade, temos este desafio”.

Cunha destacou a necessidade de um planejamento de longo prazo, que garanta o seguimento a projetos e dê condições para o Brasil se recuperar: “As mudanças que estamos

vivendo hoje, depois de o país ter sido ocupado por grupos partidários, que não tinham o objetivo de desenvolvimento da nação, levarão tempo para se consolidar. As boas notícias são sinalizações importantíssimas, mas estão longe de resolver nossos problemas”.

Ele ainda abordou a necessidade de rediscutir a distribuição de responsabilidades e o uso das contribuições sociais para aumentar a carga tributária brasileira, que a sociedade não consegue pagar: “Temos uma disfunção em nosso sistema federativo, com boa parte das prefeituras sem recursos, sem capacidade arrecadatória, dependente de repasses estaduais e federais para viver. Ao invés de tributar renda, tributamos o consumo e criamos um sistema que não sai dele mesmo. Por isso, o processo de mudança é fundamental”.

No encerramento do painel, o presidente da CACB reforçou que os empresários estão fazendo seu papel político: “Não vamos transferir a culpa, a responsabilidade de escolher os dirigentes é do brasileiro e não podemos abrir mão de nosso direito e dever. Mas é importante ter confiança, porque o Brasil está em nossas mãos”.



Neiva Kieling: "Mercado está passando por um processo de feminização"

Mitos impedem a mulher de crescer no mercado de trabalho

Durante o 3º Fórum CACB Mil, o CNME discutiu a relação das mulheres com o poder

Desde fevereiro deste ano, na presidência do Conselho Nacional da Mulher Empresária (CNME), da CACB, Neiva Kieling abriu o painel sobre A relação das mulheres com o poder, durante o 3º Fórum da CACB Mil, no Rio de Janeiro, com a afirmação de que o mercado está passando por um processo de feminização, o que deve aumentar a responsabilidade do Conselho. Segundo Neiva, dos 7,3 milhões de empreendedoras existentes no Brasil, as mulheres representam 32% do total. "Hoje, mais da metade dos empreendimentos iniciados no Brasil pertence a mulheres. E a responsabilidade do CNME é oferecer apoio para elas, para que se mantenham no mercado e consigamos aumentar o índice de sobrevivência dos negócios", disse.

Lembrou que na presidência do Conselho Estadual da Mulher Empresária da Facisc, em duas gestões consecutivas (2009 a 2013), sentiu o grande compromisso que é poder contribuir para o desenvolvimento da mulher empresária. “Hoje sabemos o que somos, para quem devemos trabalhar e onde queremos chegar.”

Maria Amélia Enriquez, secretária adjunta de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica do Paraná, declarou que ainda há muito espaço para a mulher crescer, mas existem mitos que as impedem. Um deles é o que diz que mulheres são muito competitivas entre si. “Se isso fosse verdade, não teríamos chegado até aqui. Caminhamos até este momento por meio da solidariedade feminina”, afirmou ela. O outro mito é de que a política deve ser feita por homens. “A mulher quer o poder não como disputa, mas como oportunidade de mudar o mundo.”

Já Isabel Baggio, presidente da Associação das

Organizações de Microcrédito e Microfinanças de Santa Catarina, falou sobre a desigualdade de gênero. Conforme ela, essa não é apenas uma preocupação moral ou social, mas também um desafio econômico. “Quanto custa hoje a violência contra a mulher? Esse dinheiro poderia ser utilizado em investimentos. Diminuir a distância entre masculino e feminino pode melhorar a distribuição de renda”, projetou ela.

Cristina Franco, presidente da Associação Brasileira de Franchising, que também palestrou no encontro, informou que no franchising cerca de 50% das unidades franqueadas são lideradas por mulheres. Entre as redes franqueadoras, esse número é de 12%, muito próximo à média das empresas no geral. “O franchising é um dos líderes na promoção do empoderamento feminino. Isso porque, quando a mulher não consegue mais conciliar suas demandas pessoais e o trabalho, acaba optando por empreender.”

**“Um dos mitos diz que as mulheres são muito competitivas entre si. Se isso fosse verdade, não teríamos chegado até aqui. Caminhamos até esse momento por meio da solidariedade feminina.”
Maria Amélia Enriquez**

Observatórios Sociais ensinam a agir de forma preventiva no controle do gasto público

Escândalos de corrupção inspiraram um grupo de empresários na criação de uma ONG, com o objetivo de instruir a sociedade na busca da transparência e do zelo na gestão do dinheiro público

O Brasil está longe de ser o país que a população deseja. Além da redução da desigualdade, resta ainda um longo caminho a percorrer. Vez por outra, entretanto, surgem iniciativas que ajudam a acreditar em seu futuro. Um exemplo é Observatório Social, que reúne cerca de três mil voluntários pela causa da justiça social.

O primeiro Observatório Social surgiu em 2004 em um rastro de desvio de recursos da prefeitura de Maringá (PR). A vizinha cidade Campo Mourão seguiu o exemplo. Depois, os Observatórios Sociais chegaram aos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rondônia e Mato Grosso. Hoje, está presente em mais de 100 municípios e em 19 estados.

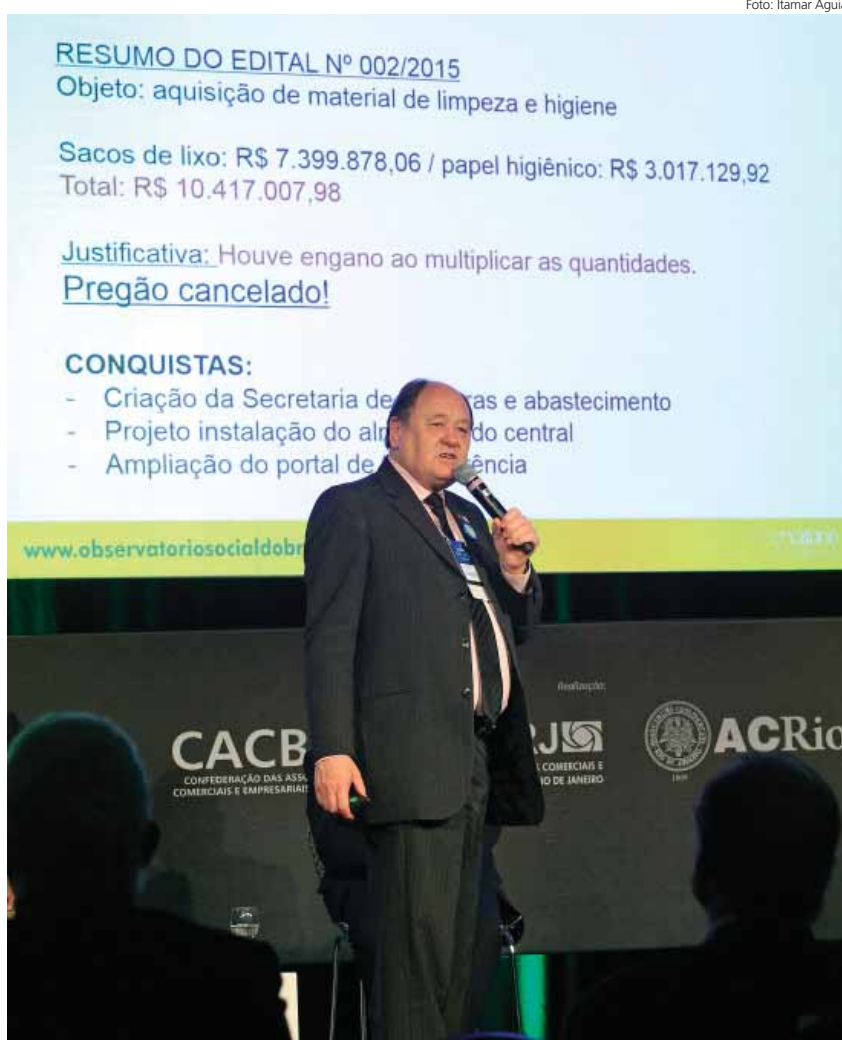


Foto: Itamar Aguiar

Ney Nóbrega Ribas: "É uma nova cultura na relação do cidadão com o dinheiro público"

Formada por Observatórios Sociais (OS) e coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB), a rede ensina a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos, entre outras formas de atuação.

Graças à disseminação da metodologia padronizada para atuação dos observadores, a coordenação do OSB estima que, nos últimos três anos, foi possível economizar mais de R\$ 1 bilhão para os cofres municipais e que, a cada ano, mais de R\$ 300 milhões do dinheiro público deixam de ser gastos desnecessariamente.

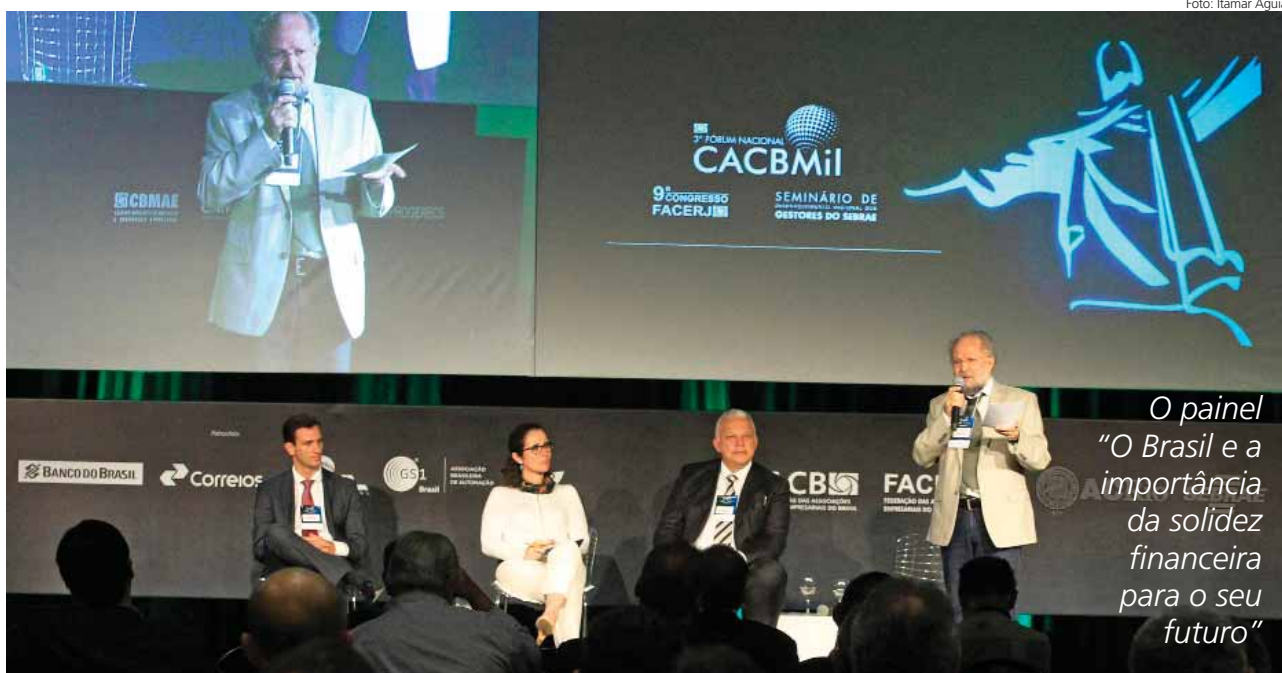
Ney Nóbrega Ribas, presidente do Observatório Social do Brasil, falou sobre essa metodologia 'preventiva' de monitoramento das compras públicas municipais – que vai desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço – aos mais de mil empreendedores presentes no 3º Fórum CACB Mil, no Rio de Janeiro. “O principal passo para combater a corrupção é o da prevenção, o ato de se antecipar aos corruptos”, afirmou. “Dessa forma, a economia nos orça-

mentos pode girar em torno de 10% a 15%.”

Em forma de associação, o Observatório Social também promove uma série de outras ações em benefício do empreendedor. Entre elas, estão: educação fiscal para acompanhamento pelo cidadão da aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos; a inserção da micro e da pequena empresa nos processos licitatórios, de modo a contribuir para geração de emprego e redução da informalidade e o aumento da concorrência, o que resulta na melhoria da qualidade e do preço nas compras públicas.

“É uma nova cultura na relação do cidadão com o dinheiro público”, explicou Ribas. Ele ressalta que a vigilância social sobre a coisa pública é dever e direito dos contribuintes, assegurando a justiça social. “Trata-se de um exercício de cidadania. Precisamos transformar indignação em atitude, valorizando a cidade onde moramos. Essa é a proposta. O desafio é assumir isso. Porque onde a proposta está instalada, lá está o Brasil que nós queremos e que nós merecemos”, concluiu.

“Graças à disseminação da metodologia, a coordenação do OSB estima que, nos últimos três anos, foi possível economizar mais de R\$ 1 bilhão para os cofres municipais”



Dívidas com tributos e com os fornecedores preocupam as empresas

Em painel sobre solidez financeira, durante o 3º Fórum Nacional CACB Mil, tema foi o que predominou entre os palestrantes

Foi o vice-presidente da GS1 Brasil, José Humberto de Araújo, que tocou no ponto que interessava a todos os presentes, no painel *O Brasil e a importância da solidez financeira para seu futuro*, durante o 3º Fórum Nacional CACB Mil, realizado no Rio de Janeiro.

Ao mencionar os cenários da economia do Brasil, ele foi categórico: “Não existe certeza de nada, há apenas

uma esperança de que, com a aprovação da PEC do teto do gasto público e a reforma da Previdência Social, possam trazer uma energia positiva para os nossos negócios”. Na sequência, disse ser positivo o fato de trabalhar com jovens que podem apresentar propostas diferentes, em vez de pessoas mais idosas que podem estar contaminadas pelo pessimismo. Outros dois ingredientes importan-

Foto: Itamar Aguiar



Palestrantes concluem que não existe certeza de nada. Há apenas uma esperança de que volte a confiança nos negócios

tes para enfrentar a atual conjuntura no Brasil seriam a inovação e a produtividade, que ele considera a palavra-chave para ultrapassar o mar revolto da economia. Ao aprofundar a discussão sobre o Brasil, o executivo confessou que os débitos com tributos e com fornecedores preocupam o empresário em geral. Aproveitando a presença, no mesmo painel, de Estevão Scipilliti, economista sênior do Bradesco, ele perguntou: “Qual a disposição dos bancos sobre as dívidas de seus clientes? Existe disposição para eventuais escalonamentos?”

Scipilliti, prontamente, respondeu que não poderia falar pelos bancos em geral, mas como funcionário do Bradesco, ele admitiu que haveria uma “predisposição do banco de fazer negociações, no sentido de ampliar os horizontes”.

“Vejo disposição grande em alongar os prazos de pagamento de débitos”, afirmou o economista. “Vejo o banco mais parceiro do que o credor que está querendo fazer crédito maior”, acrescentou.

Heloísa Menezes, diretora técnica do Sebrae, referiu-se

às dívidas com tributos das MPES e informou que está sendo preparada uma grande campanha de renegociação das dívidas, a fim de que as empresas optantes do Simples não sejam descredenciadas.

Ainda no mesmo painel, o consultor macroeconômico Francisco Moura de Melo aprofundou o tema da produtividade, ou seja, o índice de produção por hora trabalhada, em que o Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking mundial. “Enquanto o Brasil vive um momento de estagnação no crescimento da economia, os outros países procuram alternativas para melhorar a produtividade e obter resultados positivos”, sustentou.

Scipilliti, do Bradesco, em sua apresentação, além de defender a PEC do teto do gasto público e a reforma da Previdência, prognosticou uma recuperação lenta para a economia nacional: “Nunca houve tantas empresas em recuperação judicial como agora, e mesmo as famílias estão em uma situação melhor”. Sobre o desemprego, ele foi preciso: “Deve estabilizar na virada de 2017 e consolidar-se em 2018”.

“Nova Zelândia, prazer em conhecer”

Com belíssimas imagens e tópicos curtos, o novo livro do jornalista Ivan Carneiro Gomes traz reflexões sobre como a Nova Zelândia, referência global em sustentabilidade, superou seus desafios com reformas fiscais e trabalhistas, tornando o Turismo a principal atividade, com receita anual de 10 bilhões de dólares (R\$ 24,6 bilhões). Segundo o autor, “no momento em que o Brasil vive sua maior crise econômica com recessão, ajuste fiscal e sem projeto para o futuro, é uma importante referência de nação que acertou o passo e projetou-se no mundo. Em suas viagens, Gomes passou por 26 países de cinco continentes, incluindo a Índia, tema que rendeu o primeiro livro *Passagem pela Índia*, em 2005.

Publicado pela Artes e Ofícios Editora com apoio da CMPC - Celulose Rio-grandense, o livro mostra a cultura Maori e a magnífica infraestrutura para turismo e lazer, além dos desa-

fios do país para tornar-se uma verdadeira Nação: hoje está entre os primeiros do mundo em qualidade de vida, zelo pelo bem público e natureza 100% pura. Para o jornalista, a Nova Zelândia acertou o passo não apenas pela excelência da sua educação básica, cultura, economia e preservação do meio ambiente. O país desregulamentou a economia, enxugou a máquina pública, reduziu impostos e cortou o funcionalismo pela metade, estimulando o empreendedorismo e a iniciativa privada. Resultado: com menos impostos, cresceu o número de empresas e aumentou a receita do setor público. Isso permitiu melhorar a infraestrutura, tornando o turismo uma atividade vital de emprego e renda. A publicação traz ainda um tópico especial sobre a missão do IPEA que o governo brasileiro enviou em 2006 para avaliar a Lei de Responsabilidade Fiscal da Nova Zelândia e suas consequências para o Brasil.

“Com menos impostos, cresceu o número de empresas e aumentou a receita do setor público. Isso permitiu melhorar a infraestrutura, tornando o turismo uma atividade vital de emprego e de renda”



**NOVA ZELÂNDIA -
PRAZER EM CONHECER**

Autor: Ivan Carneiro Gomes

Páginas: 160

Formato: 16cm x 23cm

Editora: Artes e Ofícios

Preço: R\$ 47,00

O sucesso passa primeiro pela dificuldade

Ana Flávia Corujo*

Se relacionar não é fácil, e nunca será, ainda mais nos dias de hoje: instantâneos e ágeis. Além de o nosso tempo emocional ser diferente do tempo cronológico, o excesso de imediatismo potencializa expectativas momentâneas e de longo prazo que, no meio do caminho, já mudaram. E, assim como nas relações pessoais, as parcerias corporativas também sofrem dessa síndrome de ansiedade e expectativas sobre os resultados da relação.

No início, tudo são flores. Porém, muitas parcerias não passam de puro frenesi ou tentativas que acabam em contratos vencidos ou interrompidos com saldos nem sempre positivos – apesar das fortes apostas.

Para uma relação funcionar, é preciso reciprocidade e objetivos comuns. Não existem tantas regras assim. O mundo mudou, mas, se nem a Bíblia ficou obsoleta depois de mais de dois mil anos, certos valores e pilares para uma relação de sucesso também

continuam os mesmos: confiança, respeito e perseverança. Dinheiro para investir também ajuda, e muito, mas não é o que faz dar certo.

No caso das parcerias comerciais, deixemos o amor e o envolvimento emocional de lado. Doses de paixão são sempre bem-vindas e, por isso, vale mantê-las até para cultivar o famoso sangue nos olhos no dia a dia.

Cálculos realistas do mercado, mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades ajudam muito no caminhar e nos ajustes necessários

Preservar o não envolvimento emocional e afetivo é importante, pois estamos falando de negócios, geração de receita, crescimento de mercado, resultados medidos e indicadores. Relações emocionais geram apegos que, no mundo dos negócios, não devem ser “apegáveis”.

Já a empatia nunca vai deixar de ser algo saudável para

qualquer relação. Entender o outro e como ele funciona ajuda você a somar com o melhor dele e diminuir possíveis atritos desnecessários.

Porém, toda relação precisa de tempo para amadurecer e construir seu ritmo e a forma de trabalho. A transparência e a comunicação são fundamentais nesse controle da ansiedade e das expectativas. Cálculos realistas do mercado, mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades ajudam muito no caminhar e nos ajustes necessários.

Se questione: qual é a nossa proposta de valor?

Metodologias ágeis que pivotam, testam e logo trazem a você respostas do que funciona e do que não funciona são eficazes. Pensar demais o faz “ganhar de menos”.

Se relacionar nunca será fácil. Todo sucesso passa primeiro pela dificuldade. Então, se quiser ir rápido, vá sozinho; se quiser ir longe, vá acompanhado.

**Ana Flávia Corujo é gerente de Alianças Estratégicas da Certisign*



Vantagens



CERTIFICADO DE
ORIGEM CACB

Na hora de exportar, conte com a representatividade e credibilidade da CACB

Procure a Associação Comercial e Empresarial da sua cidade.

✉ Contato via e-mail: eco@cacb.org.br

- ✓ Agilidade no processo de análise e emissão.
- ✓ Gestão financeira e relatórios gerenciais integrados ao sistema.
- ✓ Suporte técnico através de 0800.
- ✓ Sem despesas com manutenção e suporte.



www.cacb.org.br/certificadodeorigem

CACB 
PROGERECS